

POLÍTICA DE INFORMAÇÃO E MEMÓRIA



Entrevista com Sandra Braman

* Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil.
E-mail: dilemabr@gmail.com.

Entrevistadoras:

*Edilene Maria da Silva**
*Joana Coeli Ribeiro Garcia***

** Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Brasil.
E-mail: nacoeli@gmail.com.

A Dra. Sandra Braman, conhecedora dos efeitos do macro nível das tecnologias digitais e suas implicações políticas, é Professora de Comunicação e Abbott de Arte Liberal do Departamento de Comunicação da Universidade do Texas. Suas publicações sobre política de informação incluem livros como *Change of State: Information, Policy and Power*; *The Meta-technologies of Information, Biotechnology and Communication*; *The Political Emergency of the Global Information System*, dedicados a pesquisadores e elaboradores de políticas, além de cerca de 90 artigos científicos e capítulos de livros. É editora de uma série de livros sobre política de informação do MIT Press e Membro da International Communication Association. Braman é ex-presidente da Divisão de Direito e Política de Comunicação da Associação Internacional de Comunicação e da Seção de Direito da Associação Internacional de Pesquisa em Comunicação e Mídia. Ela

atuou como Professor Visitante do convênio Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2009. Esteve em João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, ano 2015, para realizar a conferência de encerramento do XVI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação – ENANCIB, sob o tema Política de Informação e Memória. Além de conversar com alunos e professores da Ciência da Informação e de diversos programas de pós-graduação com interesse nas temáticas com as quais trabalha, ela concedeu a presente entrevista. Com bastante conhecimento e muita dose de simpatia ela separou as temáticas que desenvolveu em cada ocasião, reconhecendo que são aspectos imbricados e de uma forma ou de outra se repetem em seus livros e artigos, portanto também em suas formulações e produções científicas.

P: A temática política de informação engloba tópicos como direito intelectual, legislação, acesso e uso da informação, privacidade e muito mais. Diante desse vasto campo de estudo, como vê a conexão entre política de informação e memória?

B: Sim, política de informação tem um amplo domínio. É um termo guarda-chuva empregado para se referir a todas as leis e regulamentos que são aplicados a criação, processamento, fluxo e uso de informação. Dentre as subáreas da política de informação estão áreas como política das mídias, da educação e da cultura. Política de informação envolve as leis, regulamentos, princípios legais fundamentais ou programas de implementação relativas a informação, a comunicação e a cultura.

Assim definida, a política de informação inclui muitas leis e regulamentos que afetam a memória. Ora limitando ora ajudando na criação individual e comunitária, na sustentação e na habilidade de usar a memória de forma pessoal e politicamente eficaz. Algumas das ferramentas da política afetam a memória diretamente, como mandatos sobre registros que devem estar no arquivo nacional. Umas são relativamente diretas, mas com várias etapas, como exemplificado por regras de evidências pelos tribunais de direito que se recusam a aceitar memórias individuais ao interpretar e aplicar a lei. Outras ferramentas de política de informação afetam a memória de forma mais indiretas. O uso de metadados, por exemplo, é necessário para uma variedade de propósitos, mas inevitavelmente perde detalhes de memória que podem ser de grande importância histórica diante de perspectivas particulares.

P: Quais são as interações entre estado e memória?

B: Os estados usam a memória de diversas maneiras: para estabelecer identidade, para assessorar a autoridade e a estrutura hierárquica, para prover narrativas que habilitam as agências civis pelos cidadãos, bem como o estado envolve-se em relações externas filtrando a informação que será usada como insumo na tomada de decisões nos tribunais, nos departamentos e agências governamentais. O mesmo estado pode usar múltiplas abordagens simultaneamente, cada uma servindo a diferentes funções. Os estados usam diversas abordagens de memória em distintos estágios da formação, sobrevivência, crescimento e / ou expansão do estado.

O influente livro de Benedict Anderson, *Imagined Communities* (1983), tornou visíveis as maneiras pelas quais formas e práticas culturais, como as do teatro, da música e da poesia, podem contribuir poderosamente para a criação de um sentimento de identidade nacional necessário para que as estruturas burocráticas funcionem com facilidade e eficácia. Quando há diferentes identidades culturais dentro de um estado, a política cultural que lida com coisas como a linguagem, a educação e a religião pode afetar poderosamente quais e como as identidades são politicamente reconhecidas.

O Estado afirma uma memória oficial. Isso geralmente inclui tanto a enorme documentação detalhada (os registros oficiais) em que historicamente estão guardados fisicamente em maços arquivos, e memoriais de diversos tipos em espaços públicos como estátuas e cemitérios militares. O Estado afirma sua memória por meio da diplomacia pública bem como nos livros didáticos utilizados nas escolas.

P: Como a digitalização afeta as relações entre estado e memória?

B: A digitalização e o desenvolvimento de uma rede global inteligente afeta as relações entre estado e memória de várias maneiras. Nós - enquanto cidadãos e nós como estado - temos acesso às memórias de outros indivíduos sobre diversos aspectos, através de mídias sociais como Facebook e Twitter, mais do que historicamente já ocorreu. Entretanto, mais memória com mais detalhes não necessariamente significa melhor memória. Tanto os que encorajam identidades particulares como os indivíduos que lutam para encontrar ou construir o que podem sustentar para si podem ser sobrecarregados com alternativas. Nos Estados Unidos, nos tornamos conscientes de quanto das informações que estão sendo apresentadas on-line é na verdade notícia falsa, criando falsas memórias. Também é possível alterá-las nas bases de dados digitais com relativa facilidade, sem necessariamente deixar qualquer vestígio de alteração, tornando possível, mais uma vez, falsificar a memória. Curiosamente, a memória acadêmica parece estar diminuindo no ambiente digital - há mais informações disponíveis para citar, e é mais fácil acessar uma ampla gama de informações acadêmicas em formato digital, mas os níveis de citação em trabalhos acadêmicos parecem decrescer.

P: Quais são as tendências nos trabalhos e pesquisas acadêmicos com interseção entre política de informação e memória?

B: O crescimento dos estudos de memória, e a atenção da pesquisa à memória em tal diversidade de contextos é uma coisa boa. Parece um primeiro passo natural para fazê-lo, tentando compreender plenamente os casos isolados. No entanto, agora temos uma grande quantidade desse tipo de trabalho e acho que é hora de uma atenção mais teórica e conceitual ao que pode ser aprendido através da análise de casos, elevando o nível de abstração e desenvolvendo dimensões analíticas que nos permitam aprender com essas histórias de maneira a ajudar a formar nossa tomada de decisão agora, e no futuro.

Uma das características marcantes da literatura sobre a memória, como se vê através dela, é que temos memórias em diferentes níveis de análise. Temos lembranças como indivíduos, é claro, mas também temos memórias como diádes, famílias, bairros, comunidades, etnias, políticas e outras. Indo adiante, seria valioso ver mais trabalhos ligando memórias em diferentes níveis de análise em conjunto.

Brian Havel distingue entre tipos de memória politicamente importante de uma forma extremamente útil. Há memória oficial (registros estatais, localizados principalmente em arquivos nacionais), memória pública (informações governamentais disponíveis para os cidadãos) e memória individual (memória pessoal de decisões, eventos, processos e pessoas considerados aceitáveis como evidência legal).

P: Pode-se dizer que o corpo é uma ferramenta de memória, um meio de falar sobre história?

B: Existem vários sentidos em que isso poderia ser dito. Para os que ensinam, o sentido mais imediato em que o corpo é importante para a memória está no impacto, na aprendizagem de realmente escrever notas sobre o que se está lendo, em vez de apenas sublinhar ou usar um marcador no texto de um livro. O ato de escrever, usando o corpo para processar as informações conforme você as reformula e, talvez, as reorganiza ao extraí-las do texto, melhora significativamente a memória do que se está lendo.

Sabemos que as pessoas processam cognitivamente as informações de forma

diferente dependendo do meio pelo qual elas são adquiridas. O que os psicólogos e neurocientistas nos dizem sobre as relações entre a memória e os meios através dos quais adquirimos informações?

Em um prazo longo, o exercício do poder em suas formas estruturais e instrumentais pode moldar realidades materiais que afetam o corpo. Alunos indo para a escola em bairros muito pobres onde não há alimentos, e não compensam isso com comida nas escolas não terão a nutrição necessária para estudar se comparados a estudantes em bairros ricos onde a comida não é problema.

Em um tempo maior ainda, há DNA. Aqui as preocupações vão noutra direção. . . Em resposta a temores historicamente fundados onde a identificação racial fetichizante pode ir, alguns acreditam que há razões éticas para não permitir que a identificação genética de indivíduos seja registrada e, certamente, não requerida se o registro for voluntário.

P: Tipicamente, encontramos história em contextos com curadoria, sejam eles museus, bibliotecas ou arquivos. Muitas vezes o governo escolhe o que será colocado nas paredes do museu, quais informações serão salvas e quem poderá usá-las. Como as pessoas podem se envolver com as histórias de suas próprias comunidades e garantir que suas memórias se tornem parte da realidade pública compartilhada?

B: Existem vários modelos até agora para esforços curatoriais individuais e comunitários. Estas começam com uma taxonomia baseada na comunidade - e não na disciplina - para classificar informações ou materiais, chamada de *folksonomia*. Os membros de sua própria associação têm tido sucesso em trabalhar com as comunidades à medida que construíram, de baixo para cima, suas próprias bibliotecas e coleções. Atividades curatoriais virtuais podem reduzir o custo para as comunidades de fazer essas coisas, embora sejam necessárias habilidades na programação e *design* do site. Os cientistas da informação Bonnie Nardi e Vicki O'Day ofereceram o conceito de uma "ecologia da informação" para se referir às escolhas curatoriais que cada um de nós faz daquelas disponíveis e acessíveis em nossos próprios ambientes, dados os recursos existentes.

No ambiente digital também é muito mais fácil desempenhar o que se poderia chamar papéis

intermediários de curadoria do que no passado, quando funções como a crítica e as recomendações de compra poderiam ser empreendidas apenas por pessoas dentro de círculos limitados e bastante especializados. Participar no desenvolvimento de memes para *twitter* e depois transmiti-los para que eles venham a dominar rapidamente uma conversa, lançando afirmações que se apresentam como se fossem fatos, e outras atividades *on-line* são realmente curatorial na natureza e afetam a memória da comunidade.

P: No atual mundo do big data, as informações geradas através de nossas interações sociais on-line (e, cada vez mais, as que estão offline também) se tornam parte da memória empírica usada por tomadores de decisão independente se esta contribuição foi pretendida ou se a decisão tomada representa alguma validade. Deve-se saber que o que dizemos e fazemos online tem efeitos? Se sim, como? Que princípios éticos estariam em jogo aqui?

B: A socióloga Sandra Gonzalez-Bailon é uma especialista em *big data* e traz um ponto muito importante de que, na verdade, as ciências sociais nunca podem prever o futuro porque o mundo social é simplesmente muito complexo e sempre será. Tudo o que o *big data* pode nos dizer é o que aconteceu no passado. Isso pode sugerir que possibilidades e probabilidades são para o futuro, mas muitos eventos e processos irão intervir para moldar o que realmente acontece.

Temos de ter cuidado com o *big data* em geral, porque a validade e a confiabilidade são muitas vezes questionáveis e as análises realizadas em corpos de dados são heterogêneas, não apenas em espécie, mas em níveis de validade e confiabilidade. Em muitos aspectos, os usos de *big data* são, na verdade, retóricos - olhamos para muitos números para chegar a nossas afirmações - em vez de sermos analíticos.

P: Uma das suas definições de informação – aquela que você considera essencial para elaboração de políticas - é a informação como uma força constitutiva da sociedade. Quais são os efeitos constitutivos da política que fazem, usam ou formam a memória como um tipo de política de informação?

B: Todas as formas pelas quais as leis e os regulamentos afetam a memória individual, comunitária e estatal têm efeitos constitutivos.

P: Que espécie de suporte a democratização do acesso à informação e a habilidade universal para uso da informação recebe atualmente do regime de políticas de informação e como se aplica à memória e às instituições de memória?

B: Na maioria dos países democráticos, as leis e os regulamentos apoiam a democratização do acesso à informação e a capacidade de usá-la de três maneiras, pelo menos. Em primeiro lugar, há apoio, seja através de financiamento direto, incentivos fiscais ou treinamento e credenciamento de profissionais para o que um economista consideraria “bens culturais finais” das instituições de memória, como bibliotecas e museus. Segundo, há suporte para a infraestrutura necessária para desenvolver e acessar essas instituições de memória, incluindo coisas como estradas e Internet. Terceiro, há treinamento nas habilidades necessárias para acessar a informação, avaliá-la e usá-la efetivamente, isso ocorre no sistema educacional, mas também por meio da cultura popular e ambientes de trabalho.

Outra questão é se esses tipos de apoio são ou não adequados. Uma variedade de habilidades é necessária para a memória. Além da alfabetização impressa, precisamos de alfabetização tecnológica e alfabetização da informação - a capacidade de avaliar criticamente a qualidade da informação - e não somente a capacidade de ler e escrever. Na maioria dos países do mundo, nem a educação nem as práticas culturais alcançaram o que é necessário para garantir que todos tenham esses tipos de alfabetização. Assim, a informação pode estar disponível, mas nem sempre é adequada ou eficazmente utilizada.

P: Que estratégias estão disponíveis para democratizar o acesso e o uso de informações que são opacas?

B: Isso depende do porquê a informação é opaca ou não está totalmente disponível. Se for difícil entender, a educação e a alfabetização ajudam. A noção de alfabetização cívica entrou em ação quando pensamos acerca do que sabemos sobre como a tomada de decisões políticas realmente funciona. Se as informações são difíceis de obter porque o processo de acesso é difícil ou caro, as intervenções legais e

regulamentares e, por vezes, a boa vontade por parte das empresas, podem fazer a diferença. Se a informação não está disponível por razões de segurança nacional, é muito importante manter um olho sobre aqueles que decidem quando isso deve ser permitido entrar em jogo.

Atualmente, o movimento aberto de dados é um esforço para garantir que as informações do governo permaneçam disponíveis para todos. Eu discuti uma variedade de práticas da “memória tática” que incluem coisas como certificar-se que a informação importante está armazenada em lugares múltiplos, através de jurisdições múltiplas, assim como examinar com imenso cuidado como incorporamos a memória em nossas narrativas. Os *hackings*, no entanto, estão se tornando uma das maiores ferramentas de todas para garantir o acesso a informações de vários tipos, se tomarmos WikiLeaks e Edward Snowden como exemplos.

P: Qual é seu trabalho recente sobre o regime de política de informação?

B: Neste momento penso muito nas dimensões da política de informação nas interações entre democracia e ciência e tecnologia. A causalidade corre em ambas as direções: as práticas de interesse começam com a alfabetização básica e o acesso à infraestrutura de informação e desembocam nas margens sanguíneas da P & D.

Esta é uma questão de memória quando os decisores políticos se recusam a aceitar informações científicas pertinentes como insumos na tomada de decisão e / ou impedem que as informações necessárias sejam recolhidas ou discutidas, de toda forma estamos perdendo conhecimento, bem como a memória da espécie. Desde a eleição presidencial de 2016, preocupações acerca da perda de conhecimento científico impulsionada por aqueles que não querem confiar no que sabemos empiricamente quando tomam decisões políticas, tornaram-se muito mais extremas neste país (Estados Unidos). Trump não será o primeiro presidente dos EUA a tentar mudar ou tornar indisponível o que suas políticas não apoiam, mas o medo é que ele vá muito mais longe do que George W. Bush. Porque este perigo surge quando afeta a tomada de decisões sobre assuntos como o ambiente,

pois o que acontece nos EUA nesta área afetará a todos.

Como estamos concluindo esta entrevista, há muita atividade tentando fazer backup de bancos de dados governamentais com informações pertinentes à mudança climática por medo de que a administração Trump possa destruí-la uma vez que assuma o cargo. O *Internet Archive* está fazendo backup de seus dados em servidores fora dos Estados Unidos.

P: Você gostaria de acrescentar algo mais?

B: Esta entrevista ocorreu muito antes da eleição presidencial de 2016 nos EUA, mas estamos completando a edição do texto depois que as eleições aconteceram. Dois pontos adicionais devem ser feitos. O primeiro é que a premissa fundamental de meu livro de 2006, *Change of State: Information, Policy and Power*, ainda se mantém: O estado é um sistema adaptativo complexo que pode, em tempos de turbulência ou caos, se desprender rapidamente de uma configuração aparentemente estável. A outra é que pode tornar-se um novo equilíbrio, tornar-se um de dois ou mais equilíbrios oscilantes, ou dissolver-se novamente em turbulência e caos. Quando isso acontece, os desenvolvimentos que têm se desenrolado lentamente durante muitas décadas, se não mais, podem parecer ter ocorrido instantaneamente. Como a lei dos EUA que aconteceu depois do 11/9, o ataque ao *World Trade Center em 2001*, devemos esperar que isso aconteça novamente após a posse do presidente eleito em 2016.

O segundo é que a questão do que constitui memória naquilo que *The Economist* rotulou sucintamente de “pós-verdade” é fundamental. O desrespeito de Trump pelos fatos que foram tão evidentes durante as campanhas eleitorais continua a ser aparente enquanto ele se prepara para assumir o cargo. A questão mais fundamental de todos os interessados na memória é se continuamos ou não a insistir em asserções baseadas em fatos de memória como um padrão e um conjunto de requisitos.